

CORPOS E VOZES DISSIDENTES: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA (CPAR/UFMS)

Ademilson Batista Paes¹
Gilson Gomes Coelho²

RESUMO

O texto apresenta os resultados de um projeto de extensão elaborado e desenvolvido em 2024, vinculado ao curso de Psicologia, com foco nos temas identidade, gênero e orientação sexual. O principal objetivo foi criar um espaço de discussão e formação sobre essas questões, promovendo o acolhimento e a reflexão entre universitários. Os referenciais teórico-metodológicos são de uma perspectiva pós-estruturalista e da Teoria Queer, que orientam tanto as discussões quanto as atividades realizadas. O projeto foi desenvolvido em seis (06) encontros, sendo dois (02) realizados nas dependências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e, quatro (04) na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), ambas situadas em Paranaíba (MS). O objetivo central foi criar um ambiente de diálogo e acolhimento voltado ao contexto universitário local. De acordo com os resultados observados, os objetivos foram plenamente alcançados — tanto pelos debates promovidos nas rodas de conversa quanto pela apropriação de novos conceitos relacionados às abordagens temáticas pelos participantes. Além disso, as trocas de experiências e as reflexões surgidas durante a atividade de confecção do “Boneco de gênero” reforçaram o aprendizado, o fazer coletivo e o engajamento dos cursistas com o tema.

ABSTRACT

The text presents the results of an extension project designed and developed in 2024, linked to the Psychology program, focusing on the themes of identity, gender, and sexual orientation. The main goal was to create a space for discussion and training on these issues, promoting inclusion and reflection among university students. The theoretical and methodological framework is based on a post-structuralist perspective and Queer Theory, which guided both the discussions and the activities carried out. The project was developed through six (06) sessions, two (02) of which took place at the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS) and four (04) at the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS), both located in Paranaíba (MS). The central objective was to create an environment of dialogue and support within the local university context. According to the results observed, the objectives were fully achieved — both through the debates promoted in the discussion circles and through the participants' appropriation of new concepts related to the thematic approaches. Furthermore, the exchange of experiences and reflections that emerged during the “Gender Doll” activity reinforced learning, collective creation, and participant engagement with the theme.

Palavras-chave: Diversidade. Teoria Queer. Pós-estruturalismo.

¹ Acadêmico de Psicologia (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPAR). Doutor em Educação Escolar (UNESP/Araraquara - SP).

² Docente do curso de Psicologia (CPAR/UFMS). Doutor em Psicologia (UNESP/Assis - SP).

I. INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo apresentar os principais resultados do projeto de extensão **“Corpos e vozes dissidentes”**, desenvolvido pelo curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Universitário de Paranaíba (CPAR). A ação extensionista, por sua vez, foi idealizada, planejada e implementada a partir de supervisões, leituras e orientações realizadas durante a disciplina de Estágio Básico IB (1º semestre de 2024), e execução consolidada no percurso da disciplina de Estágio Básico IIB (2º semestre de 2024), tendo como base temas centrais como gênero, identidade e orientação sexual, destinado a universitários pertencentes à sigla LGBTQIAPN+. ³ Importante ressaltar que inicialmente a ação extensionista foi pensada enquanto mecanismo para estabelecer um locus de acolhimento, debate e diálogo sobre as questões vinculadas à identidade, gênero, orientação sexual no campus CPAR/UFMS, envolvendo acadêmicos dos cursos de Psicologia, Matemática e Psicologia, como também universitários de outras instituições localizadas na cidade.

O conteúdo do projeto e do presente texto concentrou-se no estudo e na valorização do que se denomina corpos e vozes dissidentes, como aqueles que desafiam e desestabilizam os padrões normativos e hegemônicos de gênero, sexualidade e comportamento impostos pela sociedade. Tais corpos, frequentemente marginalizados, tornam-se alvos de diferentes formas de violência simbólica, física e institucional, que geram dor, sofrimento, exclusão e silenciamento. Essa perspectiva foi sustentada teoricamente por autores como Michel Foucault (2015), que analisou os mecanismos de controle e disciplina dos corpos; Paul B. Preciado (2022), ao discutir

³ L G – Lésbica e gay - pessoas que são atraídas por parceiros do mesmo sexo.

B – Bissexual – são aqueles (as) que se interessam por indivíduos do seu gênero ou de outros.

T – Transgênero – para os que a expressão de gênero ou identidade difere do sexo biológico.

Q – Queer – aqueles (as) que apresentam sexualidade desviante, que não desejam ser integrados ou rotulados, que não se identificam com as normas regulatórias da sociedade e não conseguem definir o seu gênero ou a sua orientação sexual.

I – Intersexo - para os (as) que possuem uma variedade de condições que englobam os órgãos reprodutivos e anatomias sexuais, que não se encaixam nas definições de feminino ou masculino.

A - Assexual - refere-se aos (as) que não sentem atração sexual por outras pessoas, independente do gênero, e difere-se do celibato, visto que este consiste em uma escolha, sendo a assexualidade uma orientação sexual.

P - Pansexual – diz respeito às pessoas que desenvolvem atração física, desejo sexual e/ou amor por outras pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, sexo biológico ou orientação sexual.

N - Não-binárias: pessoas que não se identificam estritamente como homem ou mulher.

+ - representa todas as outras identidades de gênero e orientações sexuais que não estão explicitamente listadas na sigla.

as biopolíticas e a performatividade de gênero; e Judith Butler (2010, 2024), que problematiza as normas reguladoras da identidade e a vulnerabilidade das vidas consideradas “menos vivíveis”.

No contexto universitário brasileiro, o tripé ensino, pesquisa e extensão constitui a espinha dorsal da formação acadêmica e humana. Essas três dimensões, ao se articularem, possibilitam a produção e disseminação do conhecimento de forma ética, crítica e transformadora, contribuindo de maneira efetiva para o desenvolvimento social e humano. Nesse sentido, a UFMS, enquanto instituição pública formadora de profissionais comprometidos com o bem comum, cumpre papel fundamental ao estimular, apoiar e fomentar ações extensionistas, conforme previsto em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Tais ações abrangem áreas como educação, cultura, saúde e direitos humanos, buscando consolidar uma sociedade mais justa, equitativa e democrática.

Diga-se de passagem, os ares não tão amenos em tempos do capitalismo financeiro, quando vozes ainda fazem alarde ao alegarem gastos desnecessários e defendem a privatização dessa esfera da educação. Um autor que vale menção é José Dias Sobrinho que em seu artigo **“Universidade em tempos de precarização e incertezas”** (2018), apresenta reflexões ao destacar que tais instituições enfrentam uma crise profunda e complexa, de natureza estrutural e identitária, que afeta as universidades no contexto contemporâneo. Essa crise é resultado das transformações econômicas, políticas e culturais provocadas pelo avanço da globalização e pela predominância da lógica neoliberal.

Nesse cenário, a educação tem sido tratada cada vez mais como uma mercadoria, o que altera diretamente os objetivos e as práticas da universidade pública. Em muitos casos, adotam-se modelos empresariais de gestão, que impõem metas, resultados e critérios de eficiência semelhantes aos do mercado. Assim, o conhecimento passa a ser avaliado segundo parâmetros de lucro e desempenho, e não mais por seu valor formativo e social.

Com isso, a universidade vai sendo gradualmente redefinida: deixa de ser um espaço de formação crítica e humana para se tornar uma prestadora de serviços voltada às demandas imediatas da economia. O autor alerta que, quando o conhecimento é reduzido à sua utilidade prática e ao retorno econômico, ele perde seu caráter emancipador. Se essa tendência continuar, a universidade corre o risco de se transformar apenas em um instrumento de adaptação ao mercado, abandonando sua missão histórica de produzir saberes comprometidos com o bem comum e a transformação social.

A precarização, tema central do texto, manifesta-se em várias dimensões. No plano

econômico e institucional, os constantes cortes de verbas e o desinvestimento do Estado comprometem a sustentabilidade das universidades públicas, enquanto o setor privado se expande sem regulação adequada. No campo do trabalho docente, cresce a instabilidade: contratos temporários, sobrecarga, pressão por produtividade e perda de autonomia acadêmica tornam o exercício da profissão cada vez mais precário. Já no aspecto pedagógico, há um empobrecimento da formação, com currículos padronizados e voltados a competências técnicas e mercadológicas, deixando em segundo plano a formação ética, política e cidadã.

Mas a crise não seria apenas material — ela é também simbólica e ética. A universidade corre o risco de perder seu sentido essencial: ser um espaço de pensamento livre, de crítica e de produção de conhecimento voltado à emancipação humana. O projeto moderno de universidade, herdeiro do Iluminismo e da tradição humanista, baseia-se em valores como autonomia, universalidade do saber, compromisso com a verdade e com a justiça. Esses valores, porém, vêm sendo corroídos por uma lógica que transforma a educação em investimento individual e o estudante em consumidor. O resultado é a substituição do caráter público e social do conhecimento por uma racionalidade técnica e instrumental, focada em resultados imediatos e mensuráveis.

Diante desse quadro, o autor defende que é possível resistir à precarização e às incertezas reafirmando os princípios fundamentais da universidade. Isso significa recuperar o caráter público da educação superior, fortalecer sua autonomia frente às pressões políticas e econômicas e valorizar a pesquisa e a formação crítica voltadas à transformação social. Também é essencial reconstruir políticas públicas de financiamento e avaliação que garantam qualidade sem se pautar por critérios puramente mercadológicos. Recuperar o sentido ético e político da universidade, portanto, é reconhecê-la como um bem público essencial ao desenvolvimento humano, à democracia e à cidadania. Mais do que formar profissionais, a universidade deve formar sujeitos críticos, solidários e comprometidos com o futuro da sociedade.

Por outro lado, debater os temas gênero, diversidade, orientação sexual em tempos atuais é ser revolucionário, uma vez que as inseguranças são inúmeras. Ações e divulgação de ideias reacionárias têm permeado de forma escancarada o dia a dia acadêmico e social não só no país como no mundo afora. Ao que parece a Caixa de Pandora está aberta e seus males foram ressignificados, assolando sobretudo os diferentes, aqueles (as) que não se encaixam em normas com seus corpos, suas sexualidades.

II. REVISÃO DA LITERTURA

2.1 Fundamentação teórica

O pós-estruturalismo, enquanto vertente filosófica e movimento de pensamento, constitui uma das mais significativas e, ao mesmo tempo, controvertidas correntes teóricas do século XX e início do XXI. Sua recepção no meio acadêmico é marcada por intensos debates, apropriações críticas e resistências, não raro extrapolando o campo universitário para alcançar o terreno das disputas políticas, ideológicas e culturais.

De modo geral, como destacam Jessica Pereira Casal e Josiane Peres Gonçalves (2018) no artigo **“Pós-estruturalismo: algumas considerações sobre esse movimento do pensamento”**, trata-se de um movimento intelectual e epistemológico que rompe com a ideia de uma realidade social objetiva e fixa. O pós-estruturalismo propõe compreender o mundo como construção simbólica, discursiva e subjetiva, em que o significado das coisas não é dado de forma definitiva, mas produzido e negociado nas relações de poder e linguagem. Essa perspectiva desloca o olhar das determinações exclusivamente estruturais — como as econômicas ou institucionais — para incluir as dimensões culturais, identitárias e discursivas que atravessam os sujeitos e as práticas sociais.

Assim, temas como **gênero, sexualidade e raça** passam a ser entendidos não como essências biológicas ou categorias naturais, mas como efeitos históricos e culturais de discursos normativos. É nesse sentido que o pós-estruturalismo se afirma como um movimento de contestação ao questionar verdades universais, desestabiliza hierarquias e denuncia os mecanismos sutis de controle que produzem e legitimam desigualdades. Embora tenha ganhado força, sobretudo, nas comunidades acadêmicas francesas e estadunidenses nas décadas de 1960 e 1970, o pós-estruturalismo não pode ser reduzido a um grupo homogêneo de pensadores ou a uma única escola de pensamento. Ao contrário, constitui-se como uma teia complexa e interdisciplinar de contribuições, abrangendo campos como a filosofia, a linguística, a psicanálise, a sociologia, a literatura e a educação.

Entre os nomes que marcam profundamente essa tradição, destacam-se Martin Heidegger, cuja crítica à metafísica ocidental influenciou gerações posteriores; Michel Foucault, com suas análises sobre poder, saber e subjetivação; e Gilles Deleuze, que propôs uma ontologia da diferença e da multiplicidade. Todos, de algum modo, dialogam com o pensamento de Friedrich Nietzsche, considerado o precursor fundamental dessa vertente, por sua radical crítica à razão, à moral e às verdades absolutas da modernidade.

Em síntese, o pós-estruturalismo inaugura um modo de pensar que desloca certezas,

problematiza as formas instituídas de conhecimento e de poder, e oferece ferramentas conceituais potentes para compreender as dinâmicas de exclusão, resistência e criação que constituem os sujeitos contemporâneos — especialmente aqueles cujos corpos e vozes foram historicamente silenciados.

Ainda nesse rol de pensadores vale mencionar Stuart Hall em **“A identidade cultural na pós-modernidade”** (2003), ao indicar que o descentramento do sujeito (pós-estruturalismo) em contraposição a uma concepção de ser humano essencialista e universal (estruturalismo) como a substancial diferença entre as duas escolas ou correntes filosóficas.

Diferentes identidades passam a ser admitidas como existentes, mas não visíveis na antiga perspectiva, e, dentre outros pressupostos visa elaborar uma possibilidade de mundo diferenciada, mais diversa, real, plural. Ainda no que diz respeito aos conceitos, importa registrar que existem diferenças entre sexualidade e gênero. A primeira, grosso modo, pode ser compreendida como necessidade de demonstrar afetos, toques, contatos físicos que geram sensações agradáveis, prazerosas, influenciada por valores sociais, culturais que por sua vez determinam comportamentos, usos e costumes. O segundo, diz respeito à identificação e diferenciação entre homens e mulheres. Então, não se pode desconsiderar as forças que o moldaram e ainda moldam, determinando quase sempre o que é considerado adequado ou inadequado. Deixa de ser compreendido como sinônimo de sexo (conceito biológico), pelo contrário, está para além disso, trata-se de papel social/culturalmente construído e/ou desconstruído por pessoas. (Nunes, 2005).

A diversidade sexual tem sido pautada em discursos, propostas, combates e todo tipo de negações, ou seja, de uma forma ou outra, estão no centro dos debates e embates nas esferas do público e privado, sejam no âmbito acadêmico, da saúde, do setor político, do segmento religioso entre outros:

Nunca se ouviu falar tanto em gênero e sexualidade como nos últimos anos. Os estudos científicos (da saúde, da educação e os estudos sociais) articulam saberes a práticas diárias que tentam considerar o gênero e a sexualidade como forças de poder que dialogam com estratégias e recursos de que nem mesmo as ciências conseguem dar conta. Diversas perspectivas teóricas entram em debate para tentar elucidar e analisar como essas existências aparecem malogradas no decorrer da história. (Melo e Morato, 2022, p. 01).

Os tempos que movem os regimes democráticos pelo mundo estão constantemente ameaçados por retrocessos e eliminação de pautas de avanços e conquistas já efetivadas. Porém,

ainda é preciso ir muito mais além. Ainda existem segmentos da população nos mais diversos países, e, no Brasil ainda estão à margem da chamada inclusão social. Negros, indígenas, sujeitos divergentes da heteronormatividade e patriarcado têm passado por todo tipo de violência, seja ela simbólica ou não. Por exemplo, o acesso a direitos básicos como a educação, saúde, moradia, segurança entre outros, fortemente anunciados pela Carta de 1988, estão longe de contemplarem a todos e todas. Ainda há muita exclusão e morte, sobretudo, nos setores periféricos do sistema dominante. Não é por acaso que a denúncia de Foucault (2014, 2015, 2019) sobre o biopoder ainda é extremamente atual, válida e útil em momentos tão cruciais como os dos atuais cenários político e social (Bento, 2006 e 2018).

Os estudos e pesquisas utilizando a categoria “gênero” são recentes e pode-se dizer que remontam à década de 1990, com a publicação de **“Problemas de gênero”** da norte-americana Judith Butler, suscitando movimentos e incômodos no mundo acadêmico -mas também nas hostes de lutas feministas- como uma voraz intérprete de Michel Foucault e de Simone de Beauvoir. A autora colocou em dúvida o “ser feminino” enquanto sinônimo de “ser mulher” indo na contramão do estabelecido ao questionar a chamada “heterossexualidade compulsória”. Para Butler, homens e mulheres possuem sexos e identidades construídas socialmente, pondo em xeque o aspecto essencialista e/ou naturalista do ser “mulher” e “homem”:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (Butler, 2010, p. 02).

Dessa forma, entende que o corpo é construído no grupo social, cultural. Há então uma superação, digamos, da concepção de Beauvoir que defendia o sujeito como portador de atributos essenciais e não essenciais. Para Butler o gênero está na relação, portador de complexidade, prenhe de incompletude, para além do normativo, em constante movimento e mudanças. Sem dúvida, se estabelece rupturas conceituais e teóricas a partir de um entendimento contemporâneo acerca de corpos e sexualidades, favorecendo ao que se hoje denomina Teoria Queer, ou seja:

É um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que

assume o desconforto da ambiguidade, do 'entre-lugares', do indecível. (Louro, 2016, p. 7-8).

Os estudos e pesquisas que envolvem as questões de gênero e diversidade sexual vem sendo ampliados e multiplicados, tornando-se presença garantida nos espaços intramuros universitários e além deles. Por isso, sujeitos diversos têm atraído a atenção de pesquisadores dos campos da Antropologia, Sociologia, Psicologia, História, Educação entre tantos outros. Sujeitos silenciados, invisibilizados já não se calam. Querem ser ouvidos, aceitos, compreendidos.

Entendo que os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer são campos teóricos e políticos que vêm promovendo novas políticas de conhecimento cultural. Não são apenas novos temas ou novas questões que têm sido levantadas. É muito mais do que isso. Há algumas décadas, os movimentos e grupos ligados a esses campos vêm provocando importantes transformações que dizem respeito a quem está autorizado a conhecer, ao que pode ser conhecido e às formas de se chegar ao conhecimento. Desafiando o monopólio masculino, heterossexual e branco da Ciência, das Artes, ou da lei, as chamadas “minorias” se afirmam e se autorizam a falar sobre sexualidade, gênero, cultura. Novas questões são colocadas; noções consagradas de ética e de estética são perturbadas. (Louro, 2004, p. 01).

Em termos mais gerais, ao que parece o mundo acadêmico compreendeu por meio de seus agentes, sobretudo, pesquisadores, a necessidade de considerar a presença deles nos seus cursos de graduação e pós-graduação. Pesquisas têm se avolumado contribuindo para que novos horizontes sejam descortinados, revelando novos prismas de forma significativa para a compreensão do cenário cultural, social na esfera do local, regional e nacional.

No âmbito da Psicologia autores também contribuindo de forma significativa para uma ampliação da compreensão do sujeito como um ser social fortemente influenciado por determinantes sociais, culturais. A publicação do artigo **“As teorias queer e crip no rompimento das epistemologias hegemônicas da Psicologia”** publicado por Bruna Amato, Lina Ferrari de Carvalho e Marivete Gesser (2022) destaca que a área é e deve ser produtora de saberes e práticas contra hegemônicas e não conservadoras. Para as autoras a Psicologia tem funcionado como um instrumento de normalização, buscando enquadrar corpos e subjetividades que se desviam dos padrões dominantes. Essa tendência se manifesta por meio de práticas como o diagnóstico, a medicalização, a patologização e a institucionalização de pessoas consideradas “anormais”. Ao incorporar as perspectivas queer e crip, as autoras propõem que a Psicologia reconheça sua

implicação nesses processos de exclusão e repense suas bases teóricas e práticas. O desafio é construir uma Psicologia que acolha modos de existir plurais e dissidentes, rompendo com a lógica da normalidade.

Essas teorias ajudam a questionar categorias como “capaz/incapaz”, “normal/anormal” e “humano/inhumano”, revelando que o próprio sistema dominante define quem é visto como legítimo e digno de reconhecimento — e quem é relegado à invisibilidade, à exclusão ou até à morte simbólica.

Entre as principais tensões apontadas pelo artigo, está a oposição entre universalização e localização. A Psicologia, em muitos casos, trabalha com uma ideia de sujeito universal, desconsiderando aspectos históricos, sociais e corporais. Já as teorias Queer e Crip defendem saberes situados, produzidos a partir de experiências concretas e diversas.

Outra tensão é entre normalização e dissidência. A normalização atua como um mecanismo de poder que produz hierarquias e exclusões, enquanto a dissidência — representada por corpos e identidades queer e crip — cria brechas de resistência e desafia as fronteiras do que é considerado aceitável. Segundo elas, há a tensão entre a ciência tradicional e as epistemologias críticas.

O texto propõe que a Psicologia repense sua forte vinculação às epistemologias hegemônicas, de caráter biomédico e naturalizante, e se abra a modos de produção de conhecimento mais críticos, plurais e comprometidos com a resistência e a transformação social. Defendem, então, uma Psicologia sustentada por uma ética e uma política que acolham a multiplicidade dos modos de existir, sem se limitar ao ideal normativo de corpo e subjetividade.

Por fim, destaca que a própria presença de corpos considerados “anormais”, “monstruosos” ou “abjetos” já representa um desafio à ideia de uma norma universal. Esses corpos dissidentes carregam uma potência transformadora, capaz de inspirar novas formas de vida, novas práticas e outros modos de produzir conhecimento dentro do campo da Psicologia.

2.2 Publicações de experiências extensionistas sobre identidade, gênero e orientação sexual no Centro-Oeste

Com o intuito de conhecer a produção acadêmica publicada em artigos científicos e que fossem decorrentes de experiências similares, foram levantadas as que se aproximassem da proposta e desenvolvidas na região Centro-Oeste (enquanto de critério de inclusão), mas desconsideradas publicações de outras regiões do país (critério de exclusão). Na verdade, o que se pretendeu com tal delimitação foi ter conhecimento da existência ou não de debates e estudos

extramuros do território universitário. Então, foram realizadas buscas nos indexadores PEPSIC e SCIELO, por meio dos descritores “diversidade sexual” and “projeto de extensão”, “gênero” and “projeto de extensão” e “orientação sexual” and “projeto de extensão”, a produção científica publicada em artigos não é muita ampla, mas a localizada passa a ser listada a seguir.

A publicação **“Quando corpos dissidentes proclamam seus lugares como corpos dissidentes”** por Moreira et al (2024) ao abordarem o corpo e suas singularidades no campo da saúde e de enfrentamentos necessários na atualidade. Para os autores, na esteira dos tempos foram construídos padrões para o entendimento de “corpo normal” e “anormal”, gerando então diferenças e aceitações ou não daqueles que fugiam da norma. Mencionam os mais diferentes corpos como aqueles de idosos, com deficiência; ainda dos de pretos, favelados, quilombolas, travestis, transexuais. Seriam então aqueles que resistem e de alguma forma não se adequam às exigências do modelo neoliberal e capitalista de ser e existir, e, até considerados fracassados, malsucedidos.

Os pesquisadores Esmael Alves de Oliveira e Joalisson Oliveira Araújo com o título **“Marcas necropolíticas sobre corpos dissidentes em Mato Grosso do Sul/MS”** abarca as violências físicas ocorridas, sobretudo, no sul do estado, contra travestis e transsexuais e outros, ao enfatizarem que a violência contra corpos dissidentes faz parte de uma necropolítica já instalada pelos cantos e recantos do país. No texto em questão, traz dados de assassinatos e atos violentos que foram matérias em jornais em Dourados (MS) e cidade no seu entorno, e, que indicam a existência de práticas sociais que não suportam ou conseguem conviver com corpos diferentes que não se encaixem em padrões heteronormativos.

Nesse sentido, importa destacar o artigo publicado sob o título **“Ela é boa de cuspir, maldita Geni! reflexões sobre violências contra corpos dissidentes de travestis em Campo Grade/MS”**, de autoria de Gabriel P. Nolasco, Zaira A. Lopes e Dyego de O. Arruda, resultado de pesquisa empírica realizada com profissionais do sexo (travestis) nas ruas da Capital Morena, no ano de 2017, cuja publicação ocorreu em 2020. Os autores replicam dados estatísticos a respeito de violências e assassinatos no país contra travestis e transsexuais. O texto em questão, rico de dados empíricos extraídos da realização de entrevistas com as colaboras, encontra-se farto de exemplos de sofrimentos, perseguições recebidas por tais mulheres no seio familiar, como noutros ambientes sociais. O contágio por infecções e presença de doenças é apenas um aspecto presente nas trajetórias das colaboradoras entre tantos outros aspectos levantados sobre o trabalhar à noite nas ruas da Capital.

O artigo **Corpolítica: coletiva e projeto de extensão LGBT, extensão popular e guerrilha estético política de vivências LGBT**, de Evando Piza-Duarte et al (2020), abordam conteúdos desenvolvidos em ação extensionista a partir da Universidade de Brasília (UnB), desde o ano de 2014, publicado em 2020, a partir de uma abordagem interseccional. Nele, são enfatizados conteúdos, etapas e procedimentos envolvendo universitários como público-alvo, centrados, segundo os autores numa perspectiva da desconstrução de formas tradicionais de saber.

Embora a publicização das ações extensionistas e dos resultados obtidos ainda seja insuficiente e limitada, isso não significa que inexistam iniciativas relevantes em andamento ou que projetos semelhantes não tenham sido desenvolvidos em diferentes contextos universitários. O que se observa, no entanto, é uma lacuna significativa na visibilidade e na difusão dessas experiências, o que acaba por dificultar o reconhecimento e a consolidação de práticas voltadas à promoção da diversidade sexual e de gênero dentro dos cursos de Psicologia.

Há, nesse cenário, duas possibilidades principais a serem consideradas. A primeira diz respeito à ausência de divulgação sistemática dos resultados e impactos dessas ações — muitas vezes restritos aos espaços institucionais ou às comunidades diretamente envolvidas, sem chegar ao domínio público por meio de artigos científicos, relatórios técnicos, eventos ou repositórios digitais. Tal ausência de registro compromete a circulação do conhecimento produzido e limita o diálogo entre diferentes grupos e instituições que poderiam se beneficiar de experiências semelhantes.

A segunda, mais preocupante, é que os projetos de extensão e pesquisa dedicados à temática da diversidade sexual, de gênero e das dissidências corporais ainda sejam escassos ou quase inexistentes no âmbito da Psicologia voltada ao público universitário. Essa carência pode estar relacionada a múltiplos fatores: a persistência de visões normativas sobre a sexualidade; a resistência institucional em abordar temas considerados “sensíveis”; a falta de formação específica de docentes e discentes na área; e o contexto político e social atual, marcado por avanços e retrocessos no reconhecimento de direitos humanos.

Torna-se fundamental estimular e valorizar iniciativas que, como o projeto “Corpos e vozes dissidentes”, contribuam para preencher lacunas. A divulgação dessas experiências, quando sistematizada e socializada, tem potencial para inspirar novas práticas, fortalecer redes de colaboração interinstitucional e promover um movimento contínuo de reflexão crítica e transformação social dentro e fora das universidades. Afinal, mais do que divulgar resultados, trata-

se de tornar visíveis as existências e as vozes que esses projetos buscam acolher, legitimar e empoderar.

III. DESENVOLVIMENTO E METODOLOGIA

O projeto de extensão **“Corpos e vozes dissidentes”** buscou, oferecer um espaço formativo e reflexivo, tensionando os discursos normativos e ampliando a compreensão sobre identidade, gênero e orientação sexual. A proposta foi pensada enquanto ação educativa e política, comprometida com a transformação social e com a construção de uma universidade e sociedade mais plural e inclusiva.

Para tanto, foram pensados no formato de encontros que comportassem momentos tipo “roda de conversa” e “oficinas”, executados conjuntamente. Nesse sentido, importa considerar os apontamentos realizados no artigo **“As rodas de conversas como espaço de cuidado e promoção da saúde mental”** publicado por Raphael Raniere de Oliveira Costa et al. (2015), que as entendem como um “lugar de aprendizado”, no qual se desenvolvem vínculos afetivos, confiança e capacidade de analisar situações. Além disso, propiciam integração entre os participantes, estimulam a comunicação, a partilha de sentimentos, opiniões e discussões. Por certo, favorecem formação de espaços de cuidado — mais horizontais, participativos — que vão além do modelo tradicional de atenção à saúde mental. E ainda segundo eles, reforça a ideia de que saúde mental não é apenas ausência de doença, mas envolve escuta, vínculo, integração social — componentes que, por vezes, são negligenciados nos modelos biomédicos tradicionais.

Quanto à divulgação, foram realizadas atividades de comunicação e mobilização cuidadosamente planejadas. Inicialmente, desenvolveram-se estudos visuais e simbólicos com o objetivo de criar uma identidade estética coerente com os princípios da proposta. Em diálogo com profissionais da Tecnologia da Informação (TI), foram selecionadas imagens e elementos gráficos que melhor representassem o conceito de corpos dissidentes e o propósito de valorização da diversidade.

O cartaz, elaborado a partir dessas discussões, foi amplamente distribuído: afixado nos murais das instituições de ensino superior da cidade e compartilhado em redes sociais, grupos de WhatsApp e demais meios digitais. O material incluía informações detalhadas sobre o projeto, um QR Code para acesso direto ao formulário de inscrição e o link para o perfil no Instagram, criado para divulgar as ações, registros e reflexões produzidas ao longo do percurso. Dessa forma, a etapa de divulgação não apenas cumpriu uma função informativa, mas também se constituiu como um

ato político de visibilidade, reafirmando o direito de existir e resistir de corpos e identidades que desafiam as fronteiras normativas da sociedade contemporânea.

Figura 01 – Cartaz de divulgação do projeto



Fonte: arquivo do autor

O público participante foi composto majoritariamente por universitários de uma instituição pública localizada em Paranaíba (MS). Cabe, contudo, fazer uma observação importante em relação ao público-alvo originalmente proposto. O projeto foi idealizado para contemplar acadêmicos dos cursos de Psicologia, Administração, Matemática e Medicina Veterinária do Campus CPAR/UFMS, além de estudantes de outras áreas do ensino superior da cidade e região. Entretanto, apesar dos esforços de divulgação e do convite aberto, não houve adesão por parte de alunos dos cursos mencionados, ficando composto exclusivamente por alunos (as) do curso de Pedagogia da UEMS – Unidade de Paranaíba (MS). Essa configuração acabou por redefinir parcialmente o perfil do público, mas não comprometeu os objetivos centrais da proposta. Pelo contrário, a presença predominante de estudantes da Pedagogia possibilitou discussões profundas sobre o papel da educação na promoção da diversidade, da equidade de gênero e do respeito às diferentes identidades e orientações sexuais.

Além disso, essa experiência evidenciou a importância de repensar estratégias de engajamento e mobilização estudantil para projetos futuros, buscando ampliar o alcance das ações e promover uma participação mais plural e interdisciplinar. Dessa forma, o projeto, ainda que tenha reunido um público menor do que o previsto inicialmente, consolidou-se como um espaço significativo de formação crítica e de fortalecimento do compromisso ético e social da universidade

pública.

A cidade, por sua vez, é classificada como de pequeno porte, tendo sido fundada em 1838. Está localizada na região leste do estado, próxima às divisas com Minas Gerais, São Paulo e Goiás, o que historicamente contribuiu para sua relevância estratégica e para o fluxo de pessoas e culturas na região. É considerada a segunda cidade mais antiga do estado, com uma população aproximada de 42.000 habitantes.

No século XIX, a cidade desempenhou papel importante como rota de passagem de contingentes humanos envolvidos na Guerra do Paraguai, servindo como ponto de trânsito e apoio logístico. Já no início do século XX, recebeu levas de migrantes que vieram ocupar o que ficou conhecido como o Sul do então Mato Grosso, contribuindo para a formação de sua diversidade cultural, social e econômica.

Essa trajetória histórica revela que foi moldada por processos migratórios e eventos militares, consolidando-se como um ponto de encontro de diferentes povos e tradições. Além disso, sua localização geográfica estratégica favoreceu o intercâmbio cultural e econômico, influenciando o desenvolvimento urbano e a composição demográfica da população ao longo dos séculos. A história da cidade, portanto, não se restringe apenas ao crescimento populacional, mas está intrinsecamente ligada aos movimentos sociais, econômicos e históricos que marcaram a região e o estado como um todo.

Figura 02 – Mapa de M.S. com a localização de Paranaíba



Fonte: <https://pgpparanaiba.blogspot.com/2012/10/nossa-localizacao.html>

Com as inscrições realizadas se planejou a abertura do projeto para agosto de 2024, no auditório do CPAR/UFMS, em uma manhã de sábado, ocasião em que foram apresentados os referenciais teóricos, o cronograma e os principais pontos que seriam abordados ao longo do

desenvolvimento das atividades. Na oportunidade, os proponentes — o acadêmico e o orientador — expuseram a proposta, as etapas de execução, o embasamento teórico, o público-alvo e demais aspectos relevantes do projeto.

O segundo encontro do projeto foi desenvolvido no formato de roda de conversa com professora transexual Hamylla Moraes, realizada no auditório do Campus de Paranaíba da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CPAR/UFMS). A atividade configurou-se como um momento de grande relevância formativa e humana, possibilitando aos participantes uma imersão em vivências reais que articularam gênero, educação e resistência social.

Seguindo um roteiro previamente estruturado, a palestrante compartilhou aspectos marcantes de sua trajetória pessoal, educacional e profissional, revelando o entrelaçamento entre sua história de vida e os desafios enfrentados por pessoas trans em uma sociedade ainda fortemente marcada pelo preconceito, pela exclusão e pela desigualdade de oportunidades.

Em seu relato, destacou a condição de vulnerabilidade social que permeou sua infância e juventude, descrevendo as dificuldades enfrentadas em um contexto de invisibilidade e marginalização. Contudo, ressaltou também as estratégias de enfrentamento, superação e fortalecimento identitário que a levaram a trilhar um caminho de conquistas pessoais e profissionais. Um dos pontos de maior destaque foi a narrativa sobre a atuação como professora da Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação de Paranaíba (MS) — função que desempenhou, segundo ela, com sensibilidade, compromisso e competência pedagógica, tornando-se referência de dedicação e inclusão no ambiente escolar. Ao rememorar essa fase, Hamylla sublinhou a importância de espaços educativos acolhedores e livres de discriminação, capazes de reconhecer a diversidade como valor formativo e humano.

A exposição permeada por momentos de emoção, reflexão e aprendizado, foi recebida com grande interesse pelo público, composto majoritariamente por universitários, docentes e membros da comunidade local. O encontro do tipo roda de conversa, contribuiu significativamente para aprofundar o debate sobre diversidade de gênero e inclusão social, promovendo um diálogo intergeracional e interdisciplinar que reafirma o papel da universidade pública como espaço de escuta, respeito e transformação social. Abordou ainda os desafios enfrentados durante o processo de transição de gênero, ocorrido na vida adulta, bem como as dificuldades encontradas no período da aposentadoria — especialmente em relação à divergência entre o nome de ingresso no serviço público e o nome utilizado ao solicitar o benefício —, entre outros aspectos de sua biografia.

A roda de conversa despertou grande interesse dos cursistas, gerando diversas perguntas e proporcionando momentos significativos de reflexão e trocas sobre os desafios enfrentados por uma mulher transexual em uma cidade do interior.

A partir do terceiro encontro, houve reconfiguração no desenvolvimento do projeto. As rodas de conversa envolvendo os temas sobre gênero, orientação e diversidade sexual continuaram compondo o primeiro momento, e, o segundo o desenvolvimento de oficinas, que foram cuidadosamente planejadas para articular reflexão teórica, de modo a favorecer a compreensão crítica e a construção coletiva de saberes sobre as temáticas propostas. Foram realizadas nas dependências da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba (MS).

No primeiro, promovia-se o diálogo sobre autores previamente selecionados — referências que fundamentam teoricamente este trabalho e que permitiram aos participantes aprofundar conceitos e problematizar preconceitos e estigmas sociais relacionados à diversidade. Já no segundo momento, eram realizadas atividades práticas, com destaque para a confecção do “boneco de gênero”, elaborado como objeto mediador para futuras ações psicoeducativas.

Esse material simbólico e didático foi pensado como um instrumento de sensibilização e diálogo, destinado a ser utilizado em escolas, instituições não escolares e outros espaços coletivos, como associações comunitárias, movimentos sociais e sindicatos. Por meio dele, buscou-se não apenas ampliar o debate sobre identidade e diferença, mas também estimular práticas pedagógicas inclusivas e promover a valorização da diversidade como princípio ético, social e educativo.

A avaliação do projeto pelos participantes ocorreu de maneira contínua e participativa, sendo realizada ao final de cada encontro. Esses momentos de avaliação foram pensados como espaços de escuta, diálogo e construção coletiva, nos quais os cursistas puderam compartilhar percepções sobre o processo vivenciado, destacando os aspectos mais significativos das atividades propostas.

Além de identificarem fragilidades e potencialidades, os participantes também foram incentivados a propor sugestões e estratégias para o aprimoramento das próximas etapas do projeto.

Essa forma de avaliação processual permitiu acompanhar, de modo mais sensível e dinâmico, o envolvimento do grupo, as aprendizagens construídas e as transformações ocorridas ao longo do percurso. Assim, mais do que mensurar resultados, o processo avaliativo buscou fortalecer o caráter formativo e reflexivo do projeto, valorizando o protagonismo dos cursistas e o

compromisso coletivo com a melhoria contínua das ações desenvolvidas.

Figuras 03, 04, 05 e 06 – Bonecos confeccionados (alguns exemplares)



Fonte: arquivo do autor

No contexto geral do projeto, e à luz dos objetivos estabelecidos, é possível afirmar que os resultados alcançados corresponderam, em boa medida, ao que havia sido proposto. De modo geral, a ação extensionista buscou inserir no ambiente universitário local a discussão, o debate e a reflexão sobre temáticas relacionadas à diversidade sexual, promovendo o diálogo entre teoria e prática, entre universidade e comunidade.

Em um cenário social marcado por tensões, retrocessos e tentativas de silenciamento das pautas voltadas às minorias, iniciativas como esta assumem um papel essencial. Elas reafirmam a importância de manter viva a discussão sobre os direitos humanos, a equidade de gênero e o respeito às diferenças. Trata-se de uma forma de resistência intelectual e social diante de discursos que negam a pluralidade e a complexidade da experiência humana.

Assim, o projeto contribuiu não apenas para sensibilizar e formar sujeitos mais conscientes

e críticos dentro da universidade, mas também para fortalecer o compromisso ético e político com uma sociedade verdadeiramente democrática — aquela que reconhece e valoriza sua diversidade em todas as dimensões: políticas, religiosas, culturais e identitárias.

O atual cenário social, marcado por posturas reacionárias e pelo avanço de discursos conservadores, parece ter impactado significativamente a adesão dos sujeitos universitários que se identificam com a sigla LGBTQIAPN+. A proposta inicial da ação extensionista foi idealizada especialmente para esse público, buscando oferecer um espaço seguro de diálogo, acolhimento e fortalecimento identitário. No entanto, diante do número reduzido de inscrições oriundas desse grupo, optou-se por ampliar o público-alvo, estendendo a participação a estudantes universitários em geral que demonstrassem interesse pela temática. Essa decisão possibilitou a continuidade das atividades e o cumprimento das etapas previstas, ainda que com pequenas adequações metodológicas ao longo da execução.

Mesmo com essas reconfigurações, compreende-se que a ação foi capaz de promover um importante espaço de fortalecimento coletivo e de valorização das experiências de sujeitos historicamente marginalizados, pouco aceitos e compreendidos nos diversos setores da sociedade. O projeto favoreceu o encontro de vozes plurais, propiciando momentos de escuta, troca e empatia. Ao relatarem suas vivências — dores, traumas, desafios, mas também conquistas, alegrias e sonhos —, os participantes contribuíram para a construção de um ambiente de acolhimento e pertencimento, fundamental para o enfrentamento das desigualdades e para a promoção do bem-estar individual e coletivo.

Por fim, é importante ressaltar a necessidade de continuidade dessa iniciativa, de modo a não se perder o impulso inicial conquistado. Ampliar o alcance do projeto para outros espaços — como escolas, sindicatos, associações e instituições públicas — pode potencializar seu impacto social e educativo. Além disso, cabe destacar que a proposta esteve alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e seus países parceiros, com metas a serem alcançadas até 2030, especialmente: ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, ODS 5 – Igualdade de Gênero e ODS 10 – Redução das Desigualdades. Nesse sentido, a ação extensionista reafirma o compromisso da universidade pública com a promoção dos direitos humanos, a equidade e a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão **“Corpos e vozes dissidentes”**, desenvolvido no âmbito do Curso de

Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAR), configurou-se como uma experiência acadêmica, ética e política profundamente significativa. Ao articular ensino, pesquisa e extensão, a iniciativa reafirmou o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento crítico, comprometido com a transformação social e com a defesa dos direitos humanos.

As ações realizadas ao longo dos encontros possibilitaram a criação de um espaço de escuta, diálogo e reflexão sobre temas que, embora urgentes, ainda enfrentam resistências no contexto acadêmico e social — como gênero, sexualidade e diversidade. Por meio de palestras, rodas de conversa e oficinas práticas, especialmente a confecção do “boneco de gênero”, foi possível promover um exercício coletivo de desconstrução de estereótipos, ampliação de saberes e fortalecimento de vínculos entre universidade e comunidade.

Do ponto de vista teórico e formativo, a ação extensionista mostrou-se fecunda ao aproximar universitários das perspectivas pós-estruturalistas e da Teoria Queer, que propõem uma leitura crítica das normas que regulam corpos e identidades. Essa aproximação favoreceu o desenvolvimento de uma postura ética e reflexiva diante das diferenças, estimulando o reconhecimento da alteridade e a valorização das subjetividades dissidentes.

Além disso, o projeto demonstrou a importância de ações extensionistas enquanto instrumentos de democratização do conhecimento e de enfrentamento às desigualdades históricas. Em um contexto de avanço de discursos conservadores e de tentativas de silenciamento das pautas de gênero e sexualidade, experiências como esta reafirmam o papel da universidade como território de resistência, liberdade e produção de sentido.

‘ Certamente os resultados alcançados evidenciam que projetos dessa natureza devem ser contínuos e ampliados, constituindo-se como políticas institucionais permanentes de promoção da diversidade e dos direitos humanos. O projeto não se encerra em si mesmo: ele representa um movimento em direção a uma universidade mais plural, sensível e comprometida com a dignidade de todas as formas de existência.

Em síntese, a experiência reafirma que ouvir, acolher e dar visibilidade às vozes dissidentes é um gesto político e pedagógico essencial — capaz de transformar não apenas os sujeitos envolvidos, mas também as práticas, os discursos e as estruturas que sustentam a vida universitária.

V. REFERÊNCIAS

- AMATO, P. R. et al. **As teorias queer e crip no rompimento das epistemologias hegemônicas da Psicologia.** Psicologia & Sociedade, volume 34, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/284/28473958007/> Acesso em: 01/11/2025.
- BENTO, Berenice. **Necrobiopoder:** quem pode habitar o Estado-nação? IN: Cadernos PAGU n. 53, 2018 e185305. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413/18511> Acesso em 01/07/2024
- _____. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. **Quem tem medo de gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.
- CASALI, Jessica Pereira; GONÇALVES, Josiane Peres. **Pós-estruturalismo:** algumas considerações sobre esse movimento do pensamento. IN: Revista de Espaço de diálogo e desconexão. Volume 10, número 02 (2018). Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/11344> Acesso em: 17/10/2025
- COSTA, Raphael Raniere de Oliveira; FILHO, João Bosco; MEDEIROS, Soraya Maria; SILVA, Maria Betania Maciel da. **As rodas de conversas como espaço de cuidado e promoção da saúde mental.** Revista de Atenção à Saúde, v. 13, n. 43, jan./mar. 2015, p. 30-36. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/2675/pdf_1 Acesso em 31/10/2025
- DIAS SOBRINHO, José. **Universidade em tempos de precarização e incertezas.** IN: Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 3, p. 736-753, nov. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/i/2018.v23n3/> Acesso em: 16/10/2025
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____. História da sexualidade I: a vontade de saber. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- _____. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. **Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento.** Labrys, estudos feministas, agosto/ dezembro, número 06, 2004. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys6/libre/guaciraa.htm#_edn1 Acesso em 05/06/2024.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho.** Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- MELO, Jailton Bezerra; MORATO, Henriette Tognetti Penha. **Discurso psicológico e população LGBTI:** endereçamentos de uma ação clínica e política. Psicologia USP, 2022, volume 33, e190133. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/5JG4JyCgCt5jdYnqryTSdRf/> Acesso em: 27/05/2024
- MOREIRA, Reginaldo et al. **Quando corpos dissidentes proclamam seus lugares como corpos diz-sonantes.** IN: Revista Ciência e saúde coletiva, volume 29, número 07, julho/2024. Disponível em: <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/edicoes/ciencias-democracia-e-saude-coletiva-interfaces-resistencias-e-perspectivas-para-as-politicas-publicas-e-o-sus/265> Acesso em 16/10/2025
- NOLASCO, Gabriel L. P.; LOPES, Zaira de A.; ARRUDA, Dyego de O. **Ela é boa de cuspir, maldita Geni!:** reflexões sobre violências contra os corpos dissidentes de travestis em Campo

Grande/MS. Revista Ártemis, vol. XXIX nº 1; jan-jun, 2020. pp. 205-221. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/47316> Acesso em: 21/05/2024

NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade**. Campinas, SP: Papirus. 7ª Edição, 2005.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; ARAÚJO, Joalisson Oliveira. **Marcas necropolíticas sobre corpos dissidentes em Mato Grosso do Sul/MS**. Perspectivas em Diálogo, Naviraí, v. 07, n. 14, p. 295-306, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9269/7267> Acesso em 20/05/2024

PIZA-DUARTE, Evandro et al. **Corpolítica: coletiva e Projeto de Extensão LGBT. Extensão Popular e Guerrilha Estético Política de Vivências LGBT**. Revista CS, 32, 163-189, 2020 Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-03242020000300163 Acesso em 05/06/2024

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.